



CONCURSO PÚBLICO

009. PROVA OBJETIVA

ENCARREGADO DO SETOR DE LICITAÇÃO

- ◆ Você recebeu sua folha de respostas e este caderno contendo 50 questões objetivas.
- ◆ Confira seus dados impressos na capa deste caderno e na folha de respostas.
- ◆ Quando for permitido abrir o caderno, verifique se está completo ou se apresenta imperfeições. Caso haja algum problema, informe ao fiscal da sala.
- ◆ Leia cuidadosamente todas as questões e escolha a resposta que você considera correta.
- ◆ Marque, na folha de respostas, com caneta de tinta preta, a letra correspondente à alternativa que você escolheu.
- ◆ A duração da prova é de 3 horas, já incluído o tempo para o preenchimento da folha de respostas.
- ◆ Só será permitida a saída definitiva da sala e do prédio após transcorridos 75% do tempo de duração da prova.
- ◆ Ao sair, você entregará ao fiscal a folha de respostas e este caderno, podendo levar apenas o rascunho de gabarito, localizado em sua carteira, para futura conferência.
- ◆ Até que você saia do prédio, todas as proibições e orientações continuam válidas.

AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO DE QUESTÕES.

Nome do candidato _____

RG _____ Inscrição _____ Prédio _____ Sala _____ Carteira _____

CONHECIMENTOS GERAIS

LÍNGUA PORTUGUESA

Leia o texto para responder às questões de números **01** a **07**.

Uma invenção humana

Vejo a literatura como um instrumento excepcional da nossa civilização. Ela ajuda a esclarecer o mundo. Quem nós somos? Quem nós fomos? Lendo a *Ilíada*, você pode imaginar quais foram os sentimentos de Aquiles ou de Príamo. Você se pergunta: “Por que esse fervor pela narrativa?”. Por que o ser humano precisou narrar, para que os fatos da vida, da poética do cotidiano, não desaparecessem. Enquanto o ser humano forjava a sua civilização, dava combate aos deuses e procurava entender em que caos estava imerso, ele contava histórias. Para que nada se perdesse. Não havia bibliotecas. No caso de Homero, os aedos – e quase podíamos intitulá-los os poetas da memória – memorizavam tudo para que os fatos humanos não se perdessem. E, assim, a angústia em relação à apreensão da vida real, o real humano, visível, intangível, esteve presente em todas as civilizações. Nas nossas Américas, por exemplo, houve entre os incas uma categoria social, a dos amautas, que tinha por finalidade única memorizar. Memorizar para que os povos não se esquecessem das suas próprias histórias. Quer dizer, a literatura não foi uma invenção dos escritores, gosto muito de enfatizar isso. Foi uma invenção humana.

Milhões de pessoas já leram *Dom Quixote*. Milhões, em diferentes línguas. Mas é o mesmo livro para diferentes leitores. Isso prova que a literatura dá visibilidade a quem somos, a nossos sentimentos mais secretos, mais obscuros, mais desesperados, às esperanças mais condicionais do ser humano. E a literatura conta histórias porque os sentimentos precisam de uma história para que você se dê conta deles. Então, a literatura pensou em dar conta de quem somos, dessa nossa complexidade extraordinária. Porque somos seres fundamentalmente singulares. E, por isso, a literatura é singular.

(Nélida PIÑON. *Uma invenção humana* – depoimento ao escritor e jornalista José Castello. Rascunho nº 110. Curitiba: 2009. In http://rascunho.com.br/wp-content/uploads/2012/02/Book_Rascunho_110.pdf. Acesso em 15.11.18. Adaptado)

01. O depoimento de Nélida Piñon permite afirmar que, para a escritora,

- (A) uma obra literária se modifica conforme as características de seus diversos leitores em suas diversificadas línguas.
- (B) a ausência das bibliotecas, na Antiguidade grega, fez com que parte das informações sobre os feitos humanos se perdessem.
- (C) a falta de bibliotecas fez com que os povos do continente americano adquirissem o costume de decorar textos.
- (D) os amautas e os aedos tinham como característica comum a memorização dos fatos produzidos pela espécie humana.
- (E) a criação da literatura é a prova definitiva de que a banalidade dos sentimentos humanos é a matéria-prima dos escritores.

02. Para Nélida Piñon, a Literatura

- (A) contradiz a visão que temos sobre a civilização.
- (B) é capaz de explicar o período anterior ao civilizacional.
- (C) é quem trama a civilização.
- (D) acentua as diferenças entre os homens.
- (E) possui a capacidade de registrar a identidade da espécie.

03. A alternativa que reescreve trecho do depoimento preservando tanto o sentido das reflexões apresentadas como o respeito à norma-padrão de emprego da pontuação é:

- (A) Gosto muito de enfatizar, que a literatura não foi uma invenção dos escritores, mas uma invenção humana.
- (B) A literatura, gosto muito de enfatizar isso, foi uma invenção humana, não tendo sido, uma invenção dos escritores.
- (C) A literatura, gosto muito de enfatizar, não tendo sido invenção dos escritores, foi uma invenção humana.
- (D) A literatura não foi o quê? Uma invenção dos escritores, gosto muito de enfatizar que foi uma invenção humana.
- (E) A literatura, gosto muito de enfatizar. Foi uma invenção humana, não sendo portanto dos escritores.

04. Em uma interpretação adequada do trecho “E a literatura **conta** histórias porque os sentimentos precisam de uma história para que você se dê **conta** deles. Então, a literatura pensou em dar **conta** de quem somos...”, a palavra que se repete, em destaque, está corretamente substituída, sem prejuízo de sentido e mantendo o respeito à norma-padrão, na seguinte redação:

- (A) E a literatura narra histórias porque os sentimentos precisam de uma história para você inteirar-se deles. Então, a literatura pensou em ser capaz de nos expressar...
- (B) E a literatura cria histórias porque os sentimentos precisam de uma história para que você os conheça. Então, a literatura pensou em determinar quem somos...
- (C) E a literatura produz histórias porque os sentimentos precisam de uma história para que você se envolva com eles. Então, a literatura pensou em melhorar quem somos...
- (D) E a literatura manipula histórias porque os sentimentos precisam de uma história para que você os compreenda. Então, a literatura pensou em dar ciência de quem somos...
- (E) E a literatura dispõe de histórias porque os sentimentos precisam de uma história para que você possa compreendê-los. Então, a literatura pensou em responsabilizar-nos por quem somos...

05. Assinale a alternativa que reescreve livremente passagem do texto original, de acordo com a norma-padrão de regência e de concordância.

- (A) A literatura conta histórias porque sempre houveram fatos e sensações que mereciam ser transmitidos.
- (B) Considerando-se a obra *Ilíada*, percebe-se que a literatura instrumentaliza nossas civilizações faz séculos.
- (C) Os seres humanos possuem esperanças e angústias por vezes expressados pela literatura.
- (D) Os escritores almejam no propósito de dar visibilidade a quem somos e ao que sentimos.
- (E) Milhões de pessoas que já leram *Dom Quixote* discordam com a ideia de que essa é uma obra para poucos.

06. Assinale a alternativa em que o trecho apresentado emprega palavra em sentido figurado.

- (A) ... houve entre os incas uma categoria social, a dos amautas, que tinha por finalidade única memorizar.
- (B) Lendo a *Ilíada*, você pode imaginar quais foram os sentimentos de Aquiles ou de Príamo.
- (C) ... a literatura pensou em dar conta de quem somos, dessa nossa complexidade extraordinária.
- (D) Quem nós somos? Quem nós fomos?
- (E) ... a literatura não foi uma invenção dos escritores...

07. O título do texto

- (A) sugere que os aedos inventaram a literatura.
- (B) adianta uma ideia que será defendida pela autora.
- (C) refuta a ideia de que a oralidade está na origem da literatura.
- (D) questiona a noção de que literatura é produto da cultura.
- (E) promove certa crítica ao aspecto fantasioso inerente às narrativas.

Leia o texto para responder às questões de números 08 a 10.

Acabo de levantar-me; logo serão cinco horas da manhã; procuro não fazer barulho, vou até a cozinha e preparo uma xícara de chá enquanto tento resgatar fragmentos de meus entressonhos, esses entressonhos que, aos 86 anos, aparecem-me atemporais, misturados com lembranças da infância. Nunca tive boa memória, sempre sofri essa desvantagem; mas talvez seja um modo de recordar apenas o que se deve, talvez a maior coisa que nos aconteceu na vida, a que tem algum significado profundo, a que foi decisiva – para o bem e para o mal – nesta complexa, contraditória e inexplicável viagem rumo à morte que é a vida de toda pessoa. Por isso minha cultura é tão irregular, repleta de enormes lacunas, como que construída com restos de belíssimos templos cujos pedaços se encontram entre detritos e plantas selvagens. Os livros que li, as teorias que frequentei, deveram-se a meus próprios tropeços com a realidade.

Quando me param na rua, numa praça ou no trem, para perguntar-me que livros é preciso ler, respondo sempre: “Leiam o que os apaixone, apenas isso os ajudará a suportar a existência”.

(Ernesto Sabato. *Antes do fim*. Trad. Sérgio Molina. São Paulo: Companhia das Letras, 2000)

08. Assinale a alternativa que apresenta, respectivamente, sinônimos adequados ao contexto para os termos destacados a seguir.

- ... **entressonhos** que, aos 86 anos, aparecem-me atemporais, misturados com lembranças da infância.
- Os livros que li, as teorias que **frequentei**, deveram-se a meus próprios tropeços com a realidade.
- “Leiam o que os apaixone, apenas isso os ajudará a **suportar** a existência”.

- (A) Devaneios, estudei, tolerar.
- (B) Imaginações, visitei, confrontar.
- (C) Fantasias, refutei, aguentar.
- (D) Conjecturas, aceitei, carregar.
- (E) Sonhos, consultei, enfrentar.

09. Na passagem “**Nunca** tive boa memória, **sempre** sofri essa desvantagem; mas talvez seja um modo de recordar apenas o que se deve, **talvez** a maior coisa que nos aconteceu na vida, a que tem algum significado profundo, a que foi decisiva...”, os termos destacados introduzem no contexto, respectivamente, as ideias de

- (A) negação, afirmação e reciprocidade.
- (B) causa, consequência e conformidade.
- (C) dúvida, condição e condição.
- (D) intensidade, intensidade e concessão.
- (E) tempo, tempo e dúvida.

10. Assinale a alternativa que apresenta reescrita de um trecho do texto de acordo com a norma-padrão de emprego e de colocação de pronome.

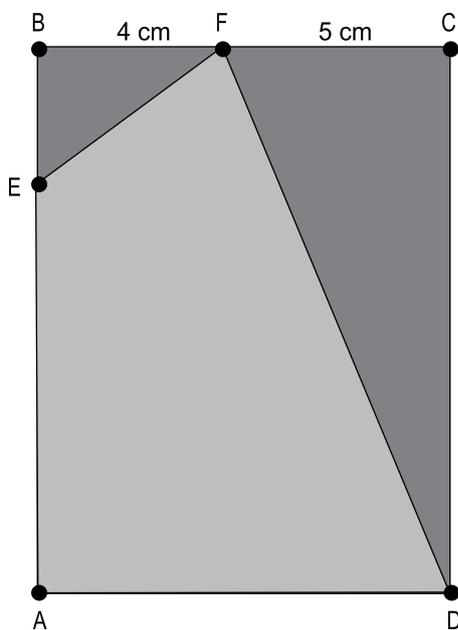
- (A) Embora fizesse-o, evitava o barulho assim que levantava-se.
- (B) Tratava-se de uma cultura irregular, descrevia-na com enormes lacunas.
- (C) Se ruma para a morte a vida de toda pessoa, nesta complexa viagem.
- (D) Os livros que lera deviam-se a seus próprios tropeços com a realidade.
- (E) Dizia que lessem o que apaixonasse-os, apenas aquilo ajudar-lhes-ia a suportar.

11. Em uma pesquisa, 30% dos homens consultados e 48 mulheres disseram ser favoráveis a certo projeto municipal. Se, no total, foram consultadas 410 pessoas e, desse total, 299 são contra o projeto, o número de mulheres que foram consultadas nessa pesquisa foi
- (A) 200.
(B) 205.
(C) 210.
(D) 215.
(E) 220.
12. Na temporada de 2018, das partidas que um time de futebol disputou, nenhuma terminou empatada, e a razão entre o número de partidas vencidas para o número de partidas perdidas foi de 5 para 3. Se esse time tivesse ganhado 3 das partidas que perdeu, o número de vitórias teria sido o dobro do número de derrotas. O número de partidas disputadas pelo time em 2018 foi
- (A) 64.
(B) 72.
(C) 80.
(D) 88.
(E) 96.
13. Em seu aniversário, Bia ganhou certa quantia de sua mãe e gastou quatro sétimos dessa quantia em um jogo, R\$ 39,00 em uma roupa e, em seguida, ela gastou um sexto da quantia que ainda restava para comprar um perfume. Se, após essas compras, Bia ainda tinha R\$ 625,00 do que havia ganhado, a quantia que ela gastou no jogo foi
- (A) R\$ 988,00.
(B) R\$ 1.004,00.
(C) R\$ 1.020,00.
(D) R\$ 1.036,00.
(E) R\$ 1.052,00.

14. Uma editora possui um grupo de 15 pessoas responsáveis pelas vendas de assinaturas. No mês de outubro, a média aritmética dos números de assinaturas vendidas por esse grupo foi igual a 9. Em novembro, um terço dessas pessoas vendeu 11 assinaturas cada e as demais pessoas venderam, juntas, um total de 95 assinaturas. Considerando o total de assinaturas vendidas nesses dois meses, a média aritmética dos números de assinaturas vendidas por esse grupo foi

- (A) 17.
- (B) 18.
- (C) 19.
- (D) 20.
- (E) 21.

15. Os pontos E e F pertencem aos lados de um retângulo ABCD, de maneira que $BF = 4\text{ cm}$ e $FC = 5\text{ cm}$, conforme a figura.



Sabendo-se que as áreas dos triângulos BEF e CDF são, respectivamente, 6 cm^2 e 30 cm^2 , o perímetro, em cm, do quadrilátero ADFE é

- (A) 24.
- (B) 28.
- (C) 32.
- (D) 36.
- (E) 40.

NOÇÕES DE INFORMÁTICA

16. A imagem a seguir mostra o conteúdo de uma pasta por meio do Windows Explorer do MS-Windows 7, em sua configuração padrão. Nela, pode-se verificar que existem várias pastas e que cada uma possui um ou mais arquivos.



Assinale a alternativa que apresenta o nome da pasta exibida na imagem que possui apenas arquivo(s) cujo tipo é de aplicativo acessório padrão do MS-Windows 7.

- (A) pasta1.
 (B) pasta2.
 (C) pasta3.
 (D) pasta4.
 (E) pasta5.
17. Observe a planilha a seguir, elaborada por um bibliotecário por meio do MS-Excel 2010, em sua configuração padrão, interessado em registrar os itens recebidos em doação (coluna A), indicando a condição do item (coluna B) e a quantidade de itens (coluna C).

	A	B	C
1	Itens recebidos	Condição	Quantidade
2			
3	Revistas	Digital	5
4	Revistas	Usado	3
5	Livros	Novo	2
6	Livros	Digital	4
7	Livros	Usado	6
8	Revistas	Novo	3
9			
10			11

Interessado em saber a quantidade de revistas doadas no período registrado na planilha, o bibliotecário deverá inserir a fórmula _____ na célula C10 cujo valor é exibido na imagem.

Assinale a alternativa que preenche corretamente a lacuna do enunciado.

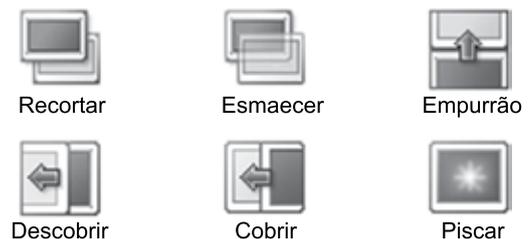
- (A) =SOMASE("Revistas";A3:A8;C3:C8)
 (B) =SOMASE(A3:A8;"Revistas";C3:C8)
 (C) =SOMASE(A3:A8;C3:C8;"Revistas")
 (D) =SOMASE(C3:C8;"Revistas";A3:A8)
 (E) =SOMASE(C3:C8;A3:A8;"Revistas")

18. Um recurso muito útil do MS-Word 2010, em sua configuração padrão, é o de Gerenciar Fontes Bibliográficas, que facilita bastante a edição de textos com muitas citações bibliográficas.

Assinale a alternativa que apresenta a guia em que se localiza o recurso Gerenciar Fontes Bibliográficas.

- (A) Página Inicial.
 (B) Inserir.
 (C) Revisão.
 (D) Referências.
 (E) Correspondências.

19. A imagem a seguir mostra algumas opções de um recurso do MS-PowerPoint 2010, em sua configuração padrão.



Assinale a alternativa que apresenta o recurso relacionado com as opções exibidas.

- (A) Estilos de Plano de Fundo.
 (B) Design.
 (C) Temas.
 (D) Animações.
 (E) Transições.
20. Um usuário, por meio do Internet Explorer 11, em sua configuração padrão, acessa um site com um longo texto que precisa ser catalogado. Para determinar a categoria do texto, o usuário deseja procurar algumas palavras-chave no texto. Para buscar no texto de uma página do Internet Explorer, pode-se utilizar o seguinte atalho por teclado:

- (A) Ctrl + F
 (B) Ctrl + L
 (C) Ctrl + S
 (D) Ctrl + P
 (E) Ctrl + B

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

- 21.** De acordo com as normas do Tribunal de Contas do Estado para processos licitatórios, no que se refere à qualificação econômico-financeira das licitantes:
- (A) a comprovação de boa situação financeira da empresa será feita de forma objetiva, através do cálculo de índices contábeis.
 - (B) exige-se memória de cálculo de apuração de índices contábeis que demonstram a boa situação financeira das licitantes, assinada pelo contador da proponente.
 - (C) deve-se apresentar de garantia antecipada, ou seja, a apresentação do referido comprovante em momento anterior à data designada para entrega dos envelopes.
 - (D) é necessária a apresentação de certidão da Corregedoria Geral da Justiça, indicando o número de cartórios de distribuidores de falência e concordata existentes na comarca da sede da empresa.
 - (E) a certidão negativa de ações judiciais, cíveis e criminais deve ser exigida como documento de habilitação.
- 22.** De acordo com a Lei nº 8.666/93, para a qualificação técnica, nas licitações poderão ser exigidas dos interessados os seguintes documentos:
- (A) inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício.
 - (B) prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Geral de Contribuintes (CGC).
 - (C) registro ou inscrição na entidade profissional competente.
 - (D) prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante.
 - (E) balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social.
- 23.** A fase do processo de licitação em que a Administração atribui ao licitante detentor da melhor proposta o objeto da licitação é chamada de
- (A) abertura.
 - (B) habilitação.
 - (C) classificação.
 - (D) adjudicação.
 - (E) aprovação.
- 24.** A habilitação é a fase da licitação em que
- (A) se verificam possíveis irregularidades no edital.
 - (B) se determina se há recursos condizentes com os bens e serviços pedidos no edital.
 - (C) se verifica qual é o licitante que apresentou a melhor proposta.
 - (D) o processo licitatório pode ser revogado por irregularidades.
 - (E) se verificam as condições do licitante.
- 25.** A modalidade de licitação entre interessados devidamente cadastrados ou que atenderem a todas as condições exigidas para cadastramento até o terceiro dia anterior à data do recebimento das propostas, observada a necessária qualificação, é denominada:
- (A) concorrência.
 - (B) tomada de preços.
 - (C) convite.
 - (D) concurso.
 - (E) leilão.
- 26.** Para obras de engenharia, a modalidade de licitação deve ser, obrigatoriamente, a concorrência se o valor das obras, em valores atualizados:
- (A) for inferior a R\$ 330.000,00.
 - (B) for inferior a R\$ 3.300.000,00.
 - (C) for superior a R\$ 330.000,00.
 - (D) for superior a R\$ 3.300.000,00.
 - (E) sempre deve ser concorrência.
- 27.** De acordo com a Lei nº 8.666/93, as compras, sempre que possível, deverão ser processadas por meio de sistema de registro de preços:
- (A) o sistema de registro de preços será regulamentado por decreto, tendo em vista o que é praticado em todo o território nacional.
 - (B) o registro de preços não estará, necessariamente, atrelado às práticas de mercado.
 - (C) os preços registrados serão publicados trimestralmente para orientação da Administração, na imprensa oficial.
 - (D) a validade do registro deve ser superior a um ano.
 - (E) a existência de preços registrados obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir.

- 28.** O projeto básico e/ou executivo, o orçamento estimado em planilhas de quantitativos e preços unitários, a minuta do contrato a ser firmado entre a Administração e o licitante vencedor, especificações complementares e as normas de execução pertinentes à licitação:
- (A) não fazem parte do edital, mas devem estar disponíveis para o licitante interessado.
 - (B) devem ser apresentadas ao licitante vencedor após a homologação.
 - (C) devem aparecer no edital, logo após o preâmbulo do mesmo.
 - (D) podem ser incluídos no edital à critério da Administração.
 - (E) constituem anexos do edital, dele fazendo parte integrante.
- 29.** É dispensável a licitação para compras no valor de até
- (A) R\$ 800,00.
 - (B) R\$ 8.000,00.
 - (C) R\$ 20.000,00.
 - (D) R\$ 80.000,00.
 - (E) R\$ 150.000,00.
- 30.** Em igualdade de condições, como critério de desempate em uma licitação, será assegurada preferência, em primeiro lugar, aos bens e serviços
- (A) produzidos no País.
 - (B) produzidos ou prestados por empresas brasileiras.
 - (C) produzidos ou prestados por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País.
 - (D) produzidos ou prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência.
 - (E) produzidos ou prestados por empresa que comprovem investir em procedimentos que visem o desenvolvimento sustentável.
- 31.** Suponha que um Município pretenda instituir, vinculada a sua estrutura, uma pessoa jurídica responsável pela elaboração de projetos de infraestrutura, razão pela qual opta por criar uma empresa pública com tal propósito. Para tanto, observa que tais entidades são dotadas de certas particularidades, que deverão ser obedecidas no seu processo de constituição e funcionamento. A respeito do assunto, é correto afirmar que
- (A) a criação da empresa pública depende de autorização legal, devendo ter o seu capital social integralizado exclusivamente por entidades componentes da Administração Pública direta ou indireta.
 - (B) por estar submetida a um regime jurídico de direito privado, a empresa pública pode efetuar, em regra, contratações de pessoal sem a prévia realização de concurso público.
 - (C) a empresa pública deverá ser criada por lei, que conterá todas as disposições necessárias para o seu funcionamento.
 - (D) a empresa pública estará hierarquicamente submetida à Administração Direta, sendo o processo de criação de entidades na administração indireta denominado de “desconcentração administrativa”.
 - (E) a empresa pública estará sujeita a um regime de direito privado, podendo ter o seu capital social integralizado por particulares.
- 32.** Acerca da realização de despesas públicas, com base na Lei nº 4.320/64, assinale a alternativa correta.
- (A) O empenho da despesa, em regra, poderá exceder o limite dos créditos concedidos.
 - (B) É vedada a realização de despesa sem prévio empenho.
 - (C) Se o empenho for insuficiente para atender à respectiva despesa, será necessária a expedição de novo empenho, vedado o seu reforço.
 - (D) É proibida a realização de empenho sem que haja a precisão do valor exato da despesa.
 - (E) A expedição do empenho cria para a Administração o dever de realizar o pagamento, razão pela qual não pode ser cancelado.

- 33.** A Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/92) tem por objetivo disciplinar práticas consideradas ofensivas ao interesse público, contendo em seu teor normas dispondo sobre condutas consideradas ímprobas, as penas e o respectivo processo de aplicação. Com base no mencionado diploma legal, assinale a alternativa correta.
- (A) As disposições da Lei não se aplicam aos particulares que não se enquadrem como agentes públicos, ainda que tenham concorrido para a prática de ato tipificado como improbidade administrativa.
 - (B) Somente os agentes que tenham ciência oficial do ato podem representar à autoridade administrativa competente, para que seja instaurada investigação destinada a apurar a prática de ato de improbidade.
 - (C) Constitui ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração ordenar ou permitir a realização de despesas não autorizadas em lei ou regulamento
 - (D) O sucessor daquele que causar lesão ao patrimônio público ou se enriquecer ilícitamente está sujeito às cominações desta Lei até o limite do valor da herança.
 - (E) Todo agente público possui o dever de declarar à autoridade competente os bens e valores que possui em seu patrimônio privado, estando sujeito à pena de suspensão àquele que se recusar a prestar declaração dos bens, dentro do prazo determinado, ou que a prestar falsa.
- 34.** A respeito dos princípios administrativos, assinale a alternativa correta.
- (A) Em função do princípio da publicidade, a ausência de divulgação de todo ato o torna necessariamente nulo.
 - (B) O princípio da eficiência impõe que a Administração fiscalize de maneira rigorosa a obediência às formalidades legais, independentemente dos resultados alcançados.
 - (C) O princípio modalidade, por possuir conteúdo indeterminado, tem a sua aplicação necessariamente condicionada à prévia expedição de lei.
 - (D) O princípio da legalidade implica na necessidade de que a realização de toda e qualquer conduta administrativa esteja estritamente autorizada por lei em sentido formal.
 - (E) O princípio da impessoalidade veda que os agentes públicos se promovam às custas da Administração Pública.
- 35.** A extinção de um ato administrativo válido mas que, de acordo com a avaliação discricionária da Administração, tornou-se inoportuno e inconveniente, é denominada de
- (A) anulação.
 - (B) invalidação.
 - (C) revogação.
 - (D) caducidade.
 - (E) cassação.
- 36.** Em relação à renúncia da receita, é correto afirmar que
- (A) a concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita aplica-se ao cancelamento de débito cujo montante seja inferior ao dos respectivos custos de cobrança.
 - (B) a renúncia compreende anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, concessão de isenção em caráter não geral, alteração de alíquota ou modificação de base de cálculo que implique redução discriminada de tributos ou contribuições, e outros benefícios que correspondam a tratamento diferenciado.
 - (C) a concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita deverá estar acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício anterior em que deva iniciar sua vigência e nos três seguintes.
 - (D) a concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita deve atender ao disposto na Lei de Responsabilidade Fiscal e deverá estar acompanhada de medidas de compensação, no período legalmente estabelecido, por meio da diminuição de receita, proveniente da diminuição de alíquotas, redução da base de cálculo, majoração ou criação de tributo, taxa ou contribuição.
 - (E) a concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita aplica-se às alterações das alíquotas do imposto sobre produtos industrializados e do imposto sobre operações de crédito, câmbio e seguro, ou relativas a títulos ou valores mobiliários.
- 37.** Em relação às despesas de capital, considera-se inversão financeira:
- (A) Subvenções Econômicas.
 - (B) Amortização da Dívida Pública,
 - (C) Constituição de Fundos Rotativos.
 - (D) Serviços em Regime de Programação Especial.
 - (E) Subvenções Sociais.

38. Em relação à classificação da despesa, é correto afirmar:

- (A) classificam-se como investimentos as dotações para o planejamento e a execução de obras, inclusive as destinadas à aquisição de maquinários considerados necessários à realização destas últimas, bem como para os programas especiais de trabalho, aquisição de instalações, equipamentos e material permanente e constituição ou aumento do capital de empresas que possuam caráter comercial ou financeiro.
- (B) classificam-se como transferências correntes as dotações para despesas as quais corresponda contraprestação direta em bens ou serviços, inclusive para contribuições e subvenções destinadas a atender à manutenção de outras entidades de direito público, vedada dotações para entidades de direito privado.
- (C) classificam-se como despesas de custeio as dotações para criação de serviços, inclusive as destinadas a atender a obras de conservação e adaptação de bens imóveis, a serem destinadas para instituições exclusivamente privadas de caráter assistencial ou cultural, sem finalidade lucrativa.
- (D) consideram-se subvenções, as transferências destinadas a cobrir despesas de custeio das entidades beneficiadas, distinguindo-se como subvenções econômicas, as que se destinem a empresas públicas ou privadas de caráter industrial, comercial, agrícola ou pastoril.
- (E) classificam-se como inversões financeiras as dotações destinadas a aquisição de títulos representativos do capital de empresas ou entidades exclusivamente constituída sob a forma de sociedade anônima, podendo a operação importar ou não em aumento do capital.

39. Em relação à receita e sua classificação, é correto afirmar que

- (A) são receitas de capital as receitas tributárias, de contribuições, patrimonial, agropecuária, industrial, de serviços e outras e, ainda, as provenientes de recursos financeiros recebidos de outras pessoas de direito público ou privado, quando destinadas a atender despesas classificáveis em despesas de capital.
- (B) tributo é a receita derivada, instituída pelas entidades de direito público, compreendendo os impostos, as taxas e contribuições nos termos da Constituição e das leis vigentes em matéria financeira, destinado-se o seu produto ao custeio de atividades gerais ou específicas exercidas por essas entidades.
- (C) operações de crédito, alienação de bens e transferências correntes são classificadas como receitas correntes.
- (D) são receitas correntes as provenientes da realização de recursos financeiros oriundos de constituição de dívidas; da conversão, em espécie, de bens e direitos; os recursos recebidos de outras pessoas de direito público ou privado, destinados a atender despesas classificáveis em despesas correntes.
- (E) o *superávit* primário e nominal do orçamento corrente resultante do balanceamento dos totais das receitas e despesas correntes e de capital, constituirá item de receita orçamentária, constituindo as receitas correntes, desde que classificado como transferência de capital.

40. Os Princípios Orçamentários visam estabelecer diretrizes norteadoras básicas, a fim de conferir racionalidade, eficiência e transparência para os processos de elaboração, execução e controle do orçamento público. Estipulado, de forma literal, pelo caput do art. 2º da Lei nº 4.320/1964, delimita o exercício financeiro orçamentário: período de tempo ao qual a previsão das receitas e a fixação das despesas registradas na LOA irão se referir. O texto remete ao princípio da
- (A) unidade ou totalidade.
 - (B) universalidade.
 - (C) anualidade ou periodicidade.
 - (D) exclusividade.
 - (E) legalidade.
41. Em conformidade com a Lei nº 4.320/64, as despesas que não contribuem, diretamente, para a formação ou aquisição de um bem de capital são:
- (A) concessão de empréstimos.
 - (B) transferência de capital.
 - (C) as despesas de capital.
 - (D) inversões financeiras.
 - (E) as despesas correntes.
42. O princípio orçamentário da legalidade apresenta o mesmo fundamento do princípio da legalidade aplicado à administração pública, segundo o qual cabe ao Poder Público fazer ou deixar de fazer
- (A) as determinações diretas do chefe do poder executivo, federal, estadual ou municipal.
 - (B) as regras do planejamento orçamentário anual.
 - (C) as determinações impostas pelo poder judiciário.
 - (D) tudo o que não for proibido por lei.
 - (E) somente aquilo que a lei expressamente autorizar.
43. A lei de responsabilidade fiscal em seu art. 4º, determina que a LDO (Lei das Diretrizes Orçamentárias), além de atender a Constituição Federal também disporá sobre:
- (A) critérios de ampliação de empenho.
 - (B) equilíbrio entre receitas e despesas.
 - (C) normas relativas ao controle de empenho.
 - (D) acompanhamento dos resultados dos programas patrocinados com recursos públicos.
 - (E) normas relativas ao controle do excesso de arrecadação.
44. Para os efeitos da Lei Complementar nº 101/00, entende-se como receita corrente líquida:
- (A) somatório das receitas tributárias, de contribuições, patrimoniais, industriais, agropecuárias, de serviços, transferências correntes e outras receitas também correntes, deduzidos as determinações relativas à União, Estado e Municípios na forma mesma lei.
 - (B) somatório de todas as receitas do período deduzidas as despesas relativas à dívida pública, mobiliária ou contratual.
 - (C) somatório de todas as receitas arrecadadas deduzida a reserva de contingência cuja forma de utilização e montante serão estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias
 - (D) da realização de recursos financeiros oriundos de constituição de dívidas; da conversão, em espécie, de bens e direitos; os recursos recebidos de outras pessoas de direito público ou privado, destinados a atender despesas classificáveis em Despesas de Capital.
 - (E) resultado líquido do balanceamento dos totais das receitas e despesas correntes, apurado na demonstração a que se refere o anexo 1 da Lei nº 4.320/64.
45. De acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal, quanto a destinação de recursos ao setor privado, é correto afirmar que
- (A) toda a administração indireta, inclusive fundações públicas e empresas estatais, exceto, no exercício de suas atribuições precípuas, as instituições financeiras e o Banco Central do Brasil, poderão realizar transferências ao setor privado.
 - (B) somente a administração pública direta, mediante lei específica, poderá realizar transferências ao setor privado.
 - (C) administração pública, direta e indireta, mediante decreto assinado pelo chefe do poder executivo, inclusive fundações públicas e empresas estatais, as instituições financeiras, exceto o Banco Central do Brasil, poderão realizar transferências ao setor privado.
 - (D) para, direta ou indiretamente, cobrir necessidades de pessoas físicas ou déficits de pessoas jurídicas deverá ser autorizada por lei específica, atender às condições estabelecidas na lei de diretrizes orçamentárias e estar prevista no orçamento ou em seus créditos adicionais.
 - (E) toda a administração pública, inclusive as instituições financeiras e exceto poder executivo, mediante lei complementar, poderão realizar transferências ao setor privado para cobrir urgências decorrentes de calamidade pública.

46. De acordo com a Lei Complementar nº 101/00 em seu art. 8º, nos termos estabelecidos pela lei das diretrizes orçamentárias e observado as determinações contidas na mesma lei complementar, o Poder Executivo estabelecerá a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso
- (A) mesmo sem a publicação dos orçamentos.
 - (B) até 30 dias antes da publicação dos orçamentos.
 - (C) durante o período de elaboração dos orçamentos.
 - (D) até trinta dias após a publicação dos orçamentos.
 - (E) noventa dias após a publicação dos orçamentos.
47. De acordo com a Lei Complementar nº 101/00, relativo a tema da dívida e do endividamento, é correto afirmar que
- (A) dívida pública consolidada ou fundada é o montante total, apurado sem duplicidade, das obrigações financeiras do ente da Federação, assumidas em virtude de leis, contratos, convênios ou tratados e da realização de operações de crédito, para amortização em prazo superior a doze meses.
 - (B) dívida pública é o montante total, das obrigações financeiras da Federação, assumidas em virtude de compromissos assinados ou tratados entre os entes da federação para a realização de operações de crédito, com amortização em prazo superior a doze meses ou não.
 - (C) dívida pública mobiliária é a dívida representada por títulos emitidos pela União, exceto os do Banco Central do Brasil, Estados, Municípios e BNDES.
 - (D) dívida pública consolidada ou dívida imobiliária é dívida representada por títulos emitidos pelos entes da federação, inclusive os do Banco Central do Brasil.
 - (E) concessão de garantia da dívida é compromisso de adimplência de obrigação financeira ou contratual assumida pela União para os entes da Federação ou entidade a ela plenamente vinculada.
48. São instrumentos de transparência da gestão fiscal, aos quais será dada ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos de acesso público, além do Relatório Resumido da Execução Orçamentária e o Relatório de Gestão Fiscal; as versões simplificadas desses documentos;
- (A) participação popular e realização de audiências públicas, durante os processos de elaboração dos orçamentos da união, somente.
 - (B) participação popular e realização de audiências públicas, para a elaboração do plano plurianual os processos de elaboração dos orçamentos.
 - (C) a liberação para conhecimento público dos planos orçamentos e o respectivo parecer aprovado.
 - (D) adoção de sistema integrado de administração financeira para publicidade dos planos orçamentários e as prestações de contas, bem como o respectivo parecer prévio.
 - (E) os planos, orçamentos e leis de diretrizes orçamentárias e as prestações de contas e o respectivo parecer prévio.
49. É correto afirmar que a gestão patrimonial estabelecida na Lei de Responsabilidade Fiscal, situa sobre
- (A) a vedação da receita de capital derivada da estatização de bens e direitos que integram o patrimônio público para o financiamento de despesa corrente, salvo se destinada por lei aos regimes de previdência social e próprio dos servidores públicos.
 - (B) a liberação para aplicação da receita de capital derivada da alienação somente estatização de bens e direitos que integram o patrimônio público para o financiamento de despesas correntes e de capital.
 - (C) as disponibilidades de caixa dos regimes de previdência social, geral e próprio dos servidores públicos, ainda que vinculadas a fundos específicos que se referem a Constituição Federal, ficarão depositadas em conta separada das demais disponibilidades de cada ente e aplicadas nas condições de mercado com observância dos limites e condições de proteção e prudência financeira.
 - (D) a disponibilização dos títulos da dívida pública estadual e municipal, bem como em ações e outros papéis relativos às empresas controladas pelo respectivo ente da Federação para aplicação no mercado com observância dos limites e condições de proteção e prudência financeira.
 - (E) a permissão de empréstimos, de qualquer natureza, aos segurados e ao Poder Público, inclusive a suas empresas controladas.
50. De acordo com a Lei nº 4.320/64, a Lei de Orçamentos compreenderá todas as receitas
- (A) inclusive as receitas de aplicação de fundos especiais.
 - (B) inclusive as de operações de crédito autorizadas em lei.
 - (C) inclusive as contribuições de melhoria.
 - (D) exceto as receitas mobiliárias.
 - (E) exceto o auxílio para as inversões financeiras.

